Movimento Escola “Sem” Partido: Uma análise a partir das teorias do currículo.

Larissa Pereira Reis [1]

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o programa “Escola Sem Partido” (ESP), a partir das teorias do currículo, visando demonstrar que esse movimento se enquadra em uma perspectiva de escolarização que já foi amplamente debatida e criticada na História da Educação.Trata-se de problematizar a visão do passado como algo já superado, alertando que na seara das políticas educacionais é necessária constante resistência em relação a projetos conservadores.Utilizamos como fontes as publicações do Escola Sem Partido, disseminadas nos meios midiáticos e institucionais, com ênfase para as reportagens publicadas no endereço eletrônico oficial do movimento[2] e projetos de lei baseados no ESP que estão tramitando no legislativo brasileiro.Fizemosuso de revisão bibliográfica com destaque para o pensamento de Silva (2007), a partir da perspectiva de currículo como documento de identidade. Tal procedimento teórico-metodológico viabilizou identificar os elementos centrais da proposta de escolarização defendida pelo ESP: censura docente, subjugação do estudante enquanto sujeito ativo no processo de aprendizagem, poder total da família sobre os alunos, relação professor-aluno enquanto relação de consumoe defesa da neutralidade do ensino. Trata-se de uma neutralidade estrategicamente construída a partir do interesse de uma ideologia conservadora, nesse sentido são considerados desprovidos de cunho político conteúdos que abordem o conhecimento a partir de uma perspectiva capitalista, eurocêntrica, cristã e heterossexual.Observamos que as propostas do movimento retomam, a partir de novas estratégias discursivas, elementos centrais das teorias tradicionais do currículo pensadas no início do século XX. Em 1918, Bobbitt argumentava em seu livro “The Curriculum”, que a escola deveria funcionar tal como qualquer empresa comercial ou industrial. No ano de 2015, Miguel

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e integrante do Grupo de Ensino e Pesquisa em história da Educação e Sociedade (GEPHES). E-mail: larissareis.direito@gmail.com

[2]Endereço eletrônico do movimento Escola Sem Partido.<http://www.escolasempartido.org/>.Acesso em: 28/08/2017

Nagib, procurador do estado de São Paulo e responsável pela criação do movimento ESP, defende que a relação entre professor e aluno deve obedecer ao Código de defesa do Consumidor. A influência de Bobbitt na teoria do currículo do início do séc. XX deveu-se em grande parte ao fato de que sua proposta parecia permitir à educação tornar-se cientifica através de uma lógica fabril pautada na mecanização da educação (SILVA, 2007). Atualmente a cientificidade e tecnicismo da escola vem sendo associada pelo ESP a ideia de suposta neutralidade, através da ótica de que "professor não é educador"[3], mas apenas um profissional responsável pela transmissão do conteúdo. Trata-se de uma perspectiva que foi amplamente criticada a partir da segundametadedoséculoXX,momento no qual diversos osestudosno âmbitoda educação demonstraramque,vislumbrarneutralidadee homogeneidade emumaaçãopedagógicaé umaótica ultrapassadae caduca. (FREIRE, 1970), (BOURDIEU 1970), (YOUNG 1971).Concluímos que o movimento ESP, ganhou força no interior da sociedade civil e no poder legislativo brasileiro como reação às propostas democratizantes críticas e plurais em Educação que fomentaram debates de combate ao racismo, principalmente no tocante às religiões de matriz africana, homossexualidade e machismo no interior das escolas.

[3]O movimento Escola Sem Partido existe desde 2004. O site oficial do programa tem uma "biblioteca politicamente incorreta" na qual o primeiro livro indicado é "professor não é educador" de autoria de Armindo Moreira. Disponível em: <http://escolasempartido.org/educacao-moral/415-professor-nao-e-educador>. Acesso em: 28/08/2017